



Disciplina: Políticas Públicas de inclusão e acessibilidade no Ensino Superior

Docente: Profa. Dra. Eveline Pinheiro Beserra

Profa. Dra. Maite Rimekka Shirasu

Carga Horária: 48 horas/aula (03 créditos).

Oferta: Anual.

Caráter: Optativa

Objetivo Geral: Propiciar ao estudante conhecimentos sobre os princípios e os conceitos das Políticas Públicas de acessibilidade e inclusão para discussão de novas práticas no Ensino Superior.

Objetivos Específicos:

- Conhecer as diretrizes legais das Políticas Públicas na perspectiva do direito à educação ao nível superior
- Propiciar ao estudante contextos e subsídios para o aprimoramento de seu pensamento crítico nesse cenário
- Refletir sobre ações inclusivas para permanência do aluno com deficiência nas Instituições de Educação Superior

Metodologia: Aulas expositivas e dialogadas com os alunos. Sala de aula invertida. Aulas expositivas dialogadas. Painel integrado. Problematização por meio de estudo de caso e uso de vídeos.

Avaliação: A avaliação será feita segundo os critérios indicados pela UFC. Neste sentido, serão considerados: assiduidade e conhecimento. Da assiduidade: Será aprovado (a) o (a) aluno (a) que frequentar pelo menos 75% ou mais da carga horária da disciplina. O número de faltas permitido é de 25% das aulas. De conhecimento, será necessária nota final maior ou igual a 7 (cinco), atribuída a partir da apresentação de um artigo reflexivo sobre temática da disciplina.

Ementa: Princípios, conceitos e concepções da Educação Especial numa perspectiva inclusiva; Noções do Modelo biológico *versus* Modelo social da deficiência; Legislação brasileira, documentos internacionais e Políticas Públicas com vistas à Educação

Especial inclusiva; planos, programas e ações de sistemas de ensino superior brasileiro; práticas pedagógicas no ensino superior na educação inclusiva.

Bibliografia:

BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. 1999. Disponível em: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

_____. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 163, p. 3, 26 ago. 2009.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009. BRASIL. Ministério da Educação/CNE. Resolução 4/2009

_____. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação/ SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais - orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006. BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, 09 de julho de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Inclusão** - Revista da Educação Especial. Vol. 4, nº. 1. Brasília: MEC/SEESP, 2008. BRASIL, Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação Básica: Documento Final. Brasília, Organização das Nações Unidas. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** Brasiliense. São Paulo. 2012.

FREITAS, Márcia Guimarães de. **Políticas de inclusão na educação superior**: ecos da acessibilidade arquitetônica na UFU. 2021. 177 f. Tese (Doutoranda em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

MENDES, Fátima Aparecida Gonçalves. A inclusão e a reserva de vagas para a pessoa com deficiência no ensino superior. **Revista Educação e Políticas em Debate**. v.11, n. 1, jan./abr., 2022. Acesso em 22 fev 2023.

Course: Public politics for inclusion and accessibility in Higher Education

Principles, concepts and conceptions of Special Education from an inclusive perspective; Notions of the biological model versus the social model of disability; Brazilian legislation, international documents and Public politics with a view to inclusive Special Education; plans, programs and actions of Brazilian higher education systems; pedagogical practices in higher education in inclusive education..